

Senado convoca diretor da Anvisa para explicar entrevista

Diretor José Agenor Álvares da Silva foi convocado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para

explicar declarações dadas a um jornal francês, sobre a contaminação de alimentos brasileiros por agrotóxicos. **7**

Senador Valter Pereira, entre os convidados para o debate de ontem Luiz Cláudio Meirelles (Anvisa) e Geraldo Papa (Unesp)



JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.357 – Brasília, quarta-feira, 1º de dezembro de 2010

Senado aprova criação de rede de creches gratuitas

Dos 13 milhões de crianças até 4 anos do país, só 11,5% estão matriculadas em creches públicas ou privadas

O Brasil poderá ganhar uma rede de creches e pré-escolas para atender gratuitamente, e em tempo integral, às crianças brasileiras entre 6 meses e 5 anos. É o que prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

As instituições seriam públicas e privadas, sem fins lucrativos, integrantes do Programa Nacional de Educação Infantil. A autora do projeto, que agora vai a exame dos deputados, é a senadora Patrícia Saboya. **3**



Projeto da senadora Patrícia Saboya prevê que o programa financiará a construção, montagem e reforma de creches e pré-escolas públicas e privadas em todo o país

Crivella quer CPI das fronteiras para combater narcotráfico

Senador Marcelo Crivella elogia ação no Rio e propõe investigação sobre entrada de armas e drogas no país. José Sarney, Renan Calheiros e Mário Couto também comentaram violência. **8**

Renato Casagrande, relator do novo Código de Processo Penal, ao lado de Serys Slhessarenko, presidente da comissão especial, e de Marco Maciel: negociações para aprovar relatório ao projeto



Comissão acolhe 65 de 214 emendas ao novo CPP

Outras 32 emendas foram acatadas parcialmente. Novo Código de Processo Penal segue para votação em segundo turno no Plenário. **8**

TCU vê problemas em aeroportos perto de solução, mas critica obra em Rondônia **5**

Regularização para contratos de gaveta até o ano 2000 passa na CAE **4**

Comissão temporária vota hoje projeto de novo Código de Processo Civil **8**

Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino é celebrado em Plenário **2**

Em 29 de novembro de 1947, a ONU propôs pela primeira vez a criação de dois Estados como solução para o conflito entre árabes e judeus

Plenário celebra solidariedade ao povo palestino

O SENADO CELEBROU ontem em Plenário o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, comemorado em 29 de novembro. A sessão foi sugerida por Eduardo Suplicy (PT-SP). No dia 29 de novembro de 1947, a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) propôs a criação de dois Estados com o objetivo de estabelecer a paz entre árabes e judeus.

Em nome da Presidência, Mão Santa (PSC-PI) solidarizou-se com a luta do povo palestino pela criação do seu próprio Estado e destacou a tradição da diplomacia brasileira de respeitar a soberania das nações e a autodeterminação dos povos.

Delegação palestina

Uma intervenção da comunidade internacional para pôr fim

ao conflito, que já dura mais de 63 anos, foi o que pediu o embaixador da delegação especial da Palestina, Ibrahim Al Zeben.

– É hora que se cumpram os compromissos do presidente Obama, do G-4 e da União Europeia de criar o Estado da Palestina até setembro de 2011, dentro da visão de dois Estados para dois povos. Nós estamos prontos para assumir nosso compromi-

so e responsabilidades com a comunidade internacional, com o vizinho Israel e com a história – declarou Al Zeben.

Estiveram presentes os embaixadores do Kuwait, Yousef Ahmad Abdulsamad; da Liga dos Estados Árabes, Bachar Yagui; do Iraque, Baker Fattah Hussen; do Egito, Ahmed Hassan Ibrahim Darwish; da Arábia Saudita, Mohamad Amin Kurdi; do

Marrocos, Mohamed Louafa; e da Tunísia, Seifeddine Cherif; o conselheiro da embaixada do Irã Majid Ghahremani; o ministro da embaixada do Sudão Abdelaziz Hassan Salih; o representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Andrés Ramirez; e o chefe da Divisão do Oriente Médio I do Ministério das Relações Exteriores, Cláudio César Nascimento.



Eduardo Suplicy diz que 2010 foi marcado por ações que contribuíram para relações mais harmoniosas no Oriente Médio

Suplicy defende direito a um território livre

“O povo palestino, com seus laços históricos, culturais, econômicos e linguísticos, tem o direito de se estabelecer em um território livre”, defendeu o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem 2010 foi um ano marcado por ações que contribuíram para a construção de uma relação harmoniosa entre os povos do Oriente Médio.

Suplicy destacou, entre as medidas favoráveis ao fim do conflito, o acordo de setembro entre o presidente palestino, Mahmoud Abbas, e o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, para a elaboração de um estatuto que sirva como marco zero para a paz na região.

O senador observou que a Autoridade Palestina vem fazendo o necessário para atingir a condição de Estado autônomo e independente.

– Hoje, há um amplo consenso internacional sobre a necessidade de pôr fim à ocupação que começou em 1967. É necessário que se tenha o estabelecimento de um Estado palestino livre, não se esquecendo das preocupações fundamentais com a segurança de todas as partes envolvidas na questão, bem como a solução da difícil situação dos refugiados.

Nery pede que Senado assumira causa da liberdade

“O Senado brasileiro deveria assumir, como sua, a causa da liberdade do povo palestino, posto que até agora o governo pouco fez para enfrentar essa situação e denunciar a política criminosa de Israel”, defendeu ontem José Nery (PSOL-PA).

O senador recomendou ao próximo governo que reconheça o direito à unidade nacional da Palestina “como já fizeram os países nórdicos e a Suíça”. Na avaliação de Nery, em violação sistemática às resoluções da ONU, os israelenses têm imposto aos palestinos a espoliação de suas melhores terras agrícolas, a repressão com operações militares maciças, a anexação de seus territórios, a demolição de casas, além da morte e prisão de vários militantes políticos.

– Está em curso uma estratégia que visa provocar, pelo terror e a fome, a saída dos territórios palestinos e a dispersão de uma fração importante do seu povo, para conseguir então impor um Estado palestino partido ao meio, sem soberania e assentado em alguns enclaves isolados, rodeados de colônias israelenses, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza – concluiu.

Plenário aprova indicados para Canadá e Colômbia

O Plenário do Senado aprovou ontem as indicações pelo presidente Lula dos diplomatas Antonino Lisboa Mena Gonçalves e Piragibe dos Santos Tarragô para embaixadores do Brasil na Colômbia e no Canadá, respectivamente.

Os nomes já haviam sido aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quinta-feira da semana passada.

Durante a sabatina na CRE, os dois diplomatas destacaram os recentes esforços de aproximação do Brasil com a Colômbia e o Canadá. Coube ao presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), encaminhar a votação.

Mercadante quer empenho do Parlasul na Cúpula Social

Ao mesmo tempo em que se prepara para concluir um entendimento definitivo sobre o número de integrantes da bancada de cada país do bloco, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) procura aproximar-se dos movimentos sociais da região, avaliou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente do parlamento, no encerramento da sessão realizada em Montevidéu, Uruguai, na segunda-feira.

Ele pediu aos colegas que compareçam à 10ª Cúpula Social do Mercosul, em 14 de dezembro, em Foz do Iguaçu (PR).

– É importante termos uma forte presença do Parlamento do Mercosul nos debates

que acontecerão na Cúpula Social, inclusive sobre a relação do parlamento com o processo de integração – disse Mercadante.

O senador antecipou de 15h para as 10h de 13 de dezembro o início da última sessão plenária do Parlasul, em Montevidéu, como forma de facilitar o deslocamento dos parlamentares que desejarem ir a Foz do Iguaçu, onde também ocorrerá a última cúpula do Mercosul com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse encontro, ocorrerá a conclusão da presidência brasileira do bloco, que no primeiro semestre de 2011 será comandado pelo Paraguai.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Irrigação na pauta

14h A sessão é deliberativa. Na pauta, entre outros itens, proposta de emenda à Constituição relativa à aplicação de recursos destinados à irrigação.

Presidência Ministros recebem comenda

10h José Sarney, recebe o conselheiro Marcelo Nobre, do Conselho Nacional de Justiça, e, às 10h30, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani João Tempesta. Às 11h, participa da entrega da Comenda da Ordem do Congresso Nacional aos ministros Gilmar Mendes e Francisco Cesar Asfor Rocha. Às 16h, preside a ordem do dia.

Finanças Especialistas falam de dívidas

Na programação de hoje da 1ª Semana de Orientação Financeira, especialistas do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo farão palestra sobre endividamento.

CAS Atendimento de criança por plano de saúde

9h O primeiro projeto da pauta da Comissão de Assuntos Sociais trata de normas para atendimento médico de crianças e adolescentes no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde.

CCT/CCJ/CMA TV por assinatura

10h Três comissões debatem a regulamentação do serviço de TVs por assinatura. Foram convidados, entre outros, o ministro do TCU José Jorge e o presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Alexandre Annenberg.

CCJ Travessia de pedestres

10h Projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro para regulamentar gesto com o braço a ser feito pelo pedestre para atravessar na faixa de segurança está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Código Debate sobre reforma eleitoral

10h A comissão de juristas encarregada de elaborar um novo Código Eleitoral realiza audiência pública. Entre os convidados, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral Walter Costa Porto e o professor da Unilegis Octaciano Nogueira.

Polícia Fórum nacional

10h Terceiro e último dia do 1º Fórum Nacional de Polícia Legislativa – “Garantindo a Independência do Poder Legislativo”, uma iniciativa da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado.

CPC Relatório final

18h Votação do relatório final ao projeto de novo Código de Processo Civil na comissão especial temporária destinada ao exame da matéria.

Workshop Relações públicas

18h A Secretaria de Relações Públicas do Senado promove o Workshop de Comunicação Social e Relações Públicas, até sexta-feira, no Auditório Antonio Carlos Magalhães.

Agenda Propostas da Consultoria Legislativa

18h30 O Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado lança a *Agenda legislativa para o desenvolvimento nacional*, uma coletânea de artigos elaborados por consultores e outros especialistas.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Proposta que autoriza governo a criar programa determina que unidades deverão ser localizadas prioritariamente em comunidades de baixa renda

Projeto consolida leis da cultura em um único texto

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto para consolidar em um único texto a legislação que trata da cultura. A proposta, do senador Augusto Botelho (sem partido-RR), reúne leis fundamentais do setor, como a do patrimônio cultural, a dos museus, a do livro, a do audiovisual e a do incentivo via renúncia fiscal. O senador Flávio Arns (PSDB-PR) requereu tramitação urgente da matéria, que ainda será analisada pelo Plenário.

O projeto (PLS 188/09) também incorpora leis de criação de datas comemorativas na área cultural. A proposta consolida os textos legais sobre cultura – um total de 20 – existentes até o momento da apresentação (12 de maio do ano passado). O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), incluiu artigos da lei que trata do financiamento de programas audiovisuais (Lei 11.437/06) para incorporar os que tratam da criação do Fundo Setorial de Audiovisual, que passou a envolver o Fundo Nacional de Cultura.

Augusto Botelho apre-

senta diversas vantagens de se elaborar uma consolidação de todas as leis da cultura, entre as quais a contribuição para o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas.

Cristovam Buarque destacou que, muitas vezes, as leis acabam não sendo cumpridas integralmente, entre outros motivos, justamente por causa da complexidade do sistema.

– Dificilmente o cidadão comum localiza, de pronto, aquilo que procura em uma lei. Quase sempre um diploma remete a outro, que, por sua vez, faz referência a um terceiro, e assim por diante. Desse modo, fica difícil cumprir o preceito constitucional segundo o qual ninguém poderá alegar o desconhecimento da lei para fazê-la cumprir – comentou o relator.

Cristovam acrescentou que, no caso da legislação sobre cultura, o número de normas não é tão grande nem são muitas as áreas reguladas, mas, ainda assim, os ajustes feitos constantemente acabaram por exigir a consulta a várias fontes para se entender um único dispositivo.

Emendas repassam mais R\$ 17,6 bi à educação

A CE também aprovou ontem cinco emendas ao PLN 38/10, que altera o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. As propostas pretendem ampliar os recursos para a implantação de escolas e creches, adequar estruturas esportivas escolares, fomentar projetos em arte e cultura, além de dar apoio à capacitação e formação de profissionais da educação básica.

O relator, senador José Nery (PSOL-PA), lembrou que essas atualizações do PPA guardam coerência com as emendas ao Orçamento da União aprovadas pela CE na semana passada. Ele destacou ainda a preocupação da comissão não apenas com infraestrutura, mas também com a formação dos profissionais em educação.

– Todos têm de ser capacitados de forma global, não se direcionando a capacitação apenas àqueles que ministram disciplinas na sala de aula – assinalou.

Uma emenda prevê a destinação de R\$ 500 milhões para a capacitação de profissionais para atuação no sistema regular e na educação especial. A

previsão é de que sejam beneficiados 600 mil profissionais em 2011.

Outra emenda amplia de R\$ 7,6 bilhões para mais de R\$ 10 bilhões os recursos para a criação de cerca de 8 mil creches no país. Com as modificações apresentadas, serão destinados ainda cerca de R\$ 4 bilhões para assistência financeira aos municípios na construção de creches e pré-escolas públicas da educação infantil.

A quarta emenda apresentada disponibiliza R\$ 3 bilhões para a construção de quadras poliesportivas em unidades escolares públicas que não dispõem de espaço para a realização de atividades esportivas e recreativas.

A CE aprovou ainda emenda que prevê a destinação de R\$ 100 milhões para o fomento de projetos de arte e cultura.

O senador Flávio Arns (PSDB-PR) destacou a abrangência das propostas.

– Nossa comissão é Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, portanto, há projeto para as três áreas, além de atividade para a área de capacitação profissional.



Crianças brincam no parquinho de jardim de infância em Porto Alegre: projeto também visa ampliação do ensino pré-escolar

CE aprova rede de creches gratuitas em tempo integral

PROPOSTA QUE VISA à estruturação de uma rede de creches e pré-escolas públicas e privadas sem fins lucrativos, gratuitas e em regime de tempo integral, foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em caráter terminativo. A iniciativa autoriza o Executivo a criar o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (Pronei), com a finalidade de garantir proteção a crianças com idade entre 6 meses e 5 anos.

Conforme o projeto (PLS 698/07) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), o Pronei financiará a construção, montagem e reforma de unidades de educação infantil gratuitas. O texto determina prioridade de financiamento de unidades a serem

localizadas em comunidades de baixa renda.

– Desta forma, evitaremos que os recursos fiquem centralizados nas regiões mais ricas e não cheguem aos mais carentes, como os municípios do Norte e Nordeste – observa a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) no parecer sobre o projeto.

Rosalba ressalta no texto, lido por José Nery (PSOL-PA), que a proposta objetiva garantir educação adequada a crianças de famílias de baixa renda, numa fase do desenvolvimento importante para o sucesso escolar nos anos seguintes.

A senadora afirma ainda que, do universo de 13 milhões de crianças com até quatro anos no Brasil, somente 11,5% estão matriculadas em creches públicas ou privadas,

credenciadas pelos sistemas de ensino.

A gestão das unidades, de acordo com a proposta, poderá ser conferida pela prefeitura a entidades comunitárias, filantrópicas e confessionais. As fontes de recursos do programa serão constituídas pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que será responsável pela manutenção dessas unidades de ensino.

Ao lembrar que se despede do Senado em janeiro, com o fim de seu mandato, Patrícia Saboya agradeceu aos senadores da CE pela aprovação do projeto.



Projeto de Patrícia Saboya (entre José Nery e Marco Maciel) foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação

Isonção para instrumentos musicais importados

Instrumentos musicais importados poderão passar a ter isenção fiscal, conforme projeto (PLS 86/04) aprovado ontem pela CE. A proposta, do senador Mozirildo Cavalcanti (PTB-RR), agora será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

O projeto determina que os instrumentos importados serão beneficiados com a isenção do Imposto de Importação, bem como das contribuições ao PIS-Pasep e Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para se beneficiarem da isenção, as orquestras ou entidades similares, assim como os músicos, devem comprovar a atividade profissional.

Os músicos poderão se beneficiar da isenção para uso pessoal apenas uma vez a cada 36 meses para a importação e uma vez a cada 24 meses para compras no mercado interno. O texto aprovado é um substitutivo apresentado por Sérgio Zambiasi (PTB-RS) para incorporar sugestões do PLS 345/06, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e outros.

– O Brasil precisa oferecer as condições para o aprimoramento pleno do talento dos seus artistas – argumenta Zambiasi.

Estudante com deficiência poderá estudar em casa

Projeto de lei do senador Augusto Botelho (sem partido-RR) que visa garantir acesso escolar ao estudante com deficiência que o impeça de frequentar a escola foi aprovado ontem pela CE em caráter terminativo.

De acordo com a proposta (PLS 22/10), o aluno que não puder frequentar o colégio poderá ter educação formal fora da escola. Para isso, o projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9.394/96) para prever essa hipótese.

Os estudantes impedidos de se locomover até a escola também poderão estudar por meio da internet ou outros recursos de educação a distância. Emenda com essa finalidade foi apresentada pelo relator da matéria na CE, senador Flávio Arns (PSDB-PR).

– É certo que essa dificuldade é real e não pode servir de motivo para que a pessoa com deficiência deixe de ter garantido seu direito constitucional à educação. Compete ao poder público prover meios e recursos para que essa pessoa tenha seu desenvolvimento educacional garantido, por exemplo, em sua própria residência, o que beneficiará um significativo número desses brasileiros – disse Arns.

Mutuários de empréstimos contraídos até o ano 2000 pelo Sistema Financeiro da Habitação serão beneficiados por proposta aprovada ontem na CAE

Projeto regulariza contratos de gaveta no SFH

NOVOS BENEFÍCIOS PARA mutuários de antigos financiamentos habitacionais cobertos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) reúne num só texto medidas previstas em dois projetos que tramitavam em conjunto. Um deles traz de 1996 para 2000 o ano limite dos contratos de gaveta que podem ser regularizados com a manutenção do saldo devedor, valor da prestação e prazo final de quitação.

A segunda medida autoriza a quitação dos saldos devedores residuais de múltiplos financiamentos celebrados no passado por um mesmo mutuário do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Atualmente, a legislação prevê condições restritivas para a cobertura do saldo devedor no caso de múltiplos financiamentos.

Sugestão de Paim

A regularização dos contratos de gaveta é abordada em projeto (PLS 230/07) do senador Paulo Paim (PT-RS). A ideia é tornar legal, para todos os efeitos, as

transferências celebradas, sem a participação dos agentes financeiros, precisamente até a data de 21 de dezembro de 2000. Nesses casos, portanto, seriam mantidos o saldo devedor, a prestação e o prazo final do contrato. Pela legislação vigente, esses benefícios só foram mantidos para os contratos informais fechados até 25 de outubro de 1996.

A nova data-limite proposta corresponde à data de publicação e de início de vigência da própria lei que previu a regularização dos contratos (Lei 10.150, de 2000). Para Antonio Carlos Jú-

nior, a proposta de Paim elimina o que considera uma "arbitrária diferença de tratamento" entre os mutuários. Ele assinalou que a jurisprudência já vem reconhecendo como válidos os contratos de gaveta, assim como o direito de manutenção das cláusulas do contrato primitivo.

– Não há justificativa para que mutuários que viveram situações rigorosamente idênticas tenham tratamento distinto simplesmente porque a data de transferência de seus contratos foi diferente. A regra deve ser tratamento igual para situações iguais – argumentou.

Pelo segundo texto, originário da Câmara (PLC 57/07), a regra é de que, para contratos até 5 de dezembro de 1990, o saldo devedor será quitado pelo FCVS para imóveis do mesmo mutuário, em localidades diferentes. Se forem no mesmo município, o mutuário só poderá se valer da quitação do saldo restante de até dois.

Para Antonio Carlos Júnior, a questão fundamental é que o mutuário efetuou os pagamentos ao FCVC – uma quantia embutida no valor da prestação. Por isso, argumenta, deve ter o direito à quitação dos saldos remanescentes.



Senador Antonio Carlos Júnior (2º à esquerda) é o autor do texto que reúne as medidas previstas em dois projetos sobre contratos de gaveta. À direita, Garibaldi Alves Filho (sentado) ao lado de Almeida Lima



Política para transporte público passa na CAE

O projeto de lei que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecendo diretrizes para o transporte público, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Já acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deve agora tramitar em outras três comissões da Casa.

Segundo o relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o projeto (PLC 166/10) é necessário para se enfrentar "os graves problemas de transporte que se verificam, especialmente, nas regiões metropolitanas do país". Também favoráveis à proposta, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Jayme Campos (DEM-MT) argumenta-

ram que a iniciativa é necessária para combater a existência de monopólios ou oligopólios nas concessões de transporte público.

Nesse contexto, Roberto Cavalcanti lembrou que o projeto trata, entre outros assuntos, da licitação de concessões. E Jayme Campos ressaltou que "as concessões, incluindo as de transporte intermunicipal e interestadual, têm de ser feitas de forma mais criteriosa, pois há locais onde o comando do transporte urbano está há 20 ou 30 anos nas mãos de um mesmo monopólio ou oligopólio". Além disso, Jayme Campos observou que os problemas com transporte público ocorrem in-

clusive no interior do país.

O projeto tem 28 artigos e determina que a Política Nacional de Mobilidade Urbana estará fundamentada em uma série de princípios, como o de desenvolvimento sustentável das cidades. Entre as diretrizes que devem orientar essa política, está a de "integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos".

A proposta inclui ainda os direitos dos usuários de transportes urbanos, a tarifa pública a ser cobrada e a exigência de que o serviço seja "adequado".

Pedido de Suplicy adia votação do projeto que amplia o Simples

Um pedido de vista do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), transformado em vista coletiva, adiou ontem para a próxima semana a votação na CAE do projeto de lei complementar que amplia o número de empresas que podem se enquadrar no Simples Nacional.

Suplicy não concordou com o voto favorável do relator, Adelmir Santana (DEM-DF). Para Suplicy, alargar o Simples Nacional diminuirá a arrecadação de impostos, o que exigiria uma compensação.

Ele disse que pedirá ao Ministério da Fazenda uma análise sobre esse projeto.

Hoje, apenas empresas com receita bruta anual de até R\$ 36 mil podem participar do Simples. O PLS 195/10 dobra esse limite.

O Simples enquadra microempresas individuais na tentativa de, ao reduzir a carga tributária, atraí-las para a formalidade. A intenção é que autônomos que vivem sem pagar impostos passem a contribuir, por exemplo, com a seguridade social.

Em teu nome, filme sobre a ditadura, foi exibido ontem no Auditório Petrônio Portella



Simon (2º à dir.), com o ator Leonardo Machado, João Carlos Bona Garcia, a atriz Fernanda Moro e o diretor Paulo Nascimento

O filme *Em teu nome*, do cineasta gaúcho Paulo Nascimento, um relato da resistência da juventude brasileira que durante a década de 70 combateu a ditadura militar, foi exibido ontem, às 18h30, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal.

O filme é baseado na história real do jovem estudante gaúcho João Carlos Bona Garcia e de sua esposa, Cecília. João Carlos, que pegou em armas durante o regime militar, foi preso, torturado e exilado. Viveu no Chile, no Marrocos e na França, onde fundou o Comitê Brasileiro pela Anistia. Voltou ao Brasil no Natal de 1979. Ele é autor do livro *Verás que um filho teu não foge à luta*.

Ontem, a equipe responsável pelo filme foi recebida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apoiou a exibição da obra no Senado.

– A história de Bona é muito interessante por conta da superação. Ele teve a vida destruída pela ditadura e conseguiu resistir, dando a volta por cima e retornando ao Brasil para reconstruir a história do país – salientou Simon.

Em teu nome recebeu quatro troféus Kikito na edição de 2009 do Festival de Gramado (RS): Prêmio Especial do Júri, Melhor Diretor, Melhor Ator e Melhor Trilha Musical. O filme também conquistou outros prêmios nacionais e internacionais.

CAE ouve BNDES sobre dinheiro para trem-bala

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para realização de audiência pública sobre as operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O presidente da instituição financeira, Luciano Coutinho, deve ser convidado para esclarecer questões como o possível empréstimo de R\$ 20 bilhões para a construção do trem-bala entre Rio de Janeiro e Campinas (SP), passando por São Paulo.

A data da audiência, que será realizada em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), ainda não foi confirmada.

No início do mês, os senadores Mercadante e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmaram que a audiência é resultado de um acordo entre base do governo e oposição. Eles ressaltaram que o acordo permitiu a votação de créditos externos que beneficiam, entre outras entidades do governo, o próprio BNDES.

Críticas

Representantes da oposição, como o próprio Antonio Carlos Júnior e o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), questionam o financiamento que se destina à construção do trem-bala entre Rio de Janeiro e Campinas. Uma medida provisória editada recentemente permite que o BNDES empreste até R\$ 20 bilhões para a empresa vencedora da respectiva licitação.

– Nesse caso, se houver inadimplência, é a União que assume o risco. Não podemos aceitar essa medida provisória – disse Flexa Ribeiro no início do mês.

A medida provisória prevê garantia da União a empréstimo de até R\$ 20 bilhões para a implantação do trem-bala.



TCU vê sérios problemas em obras de água e esgoto do PAC em Porto Velho

Secretário-geral de Controle Externo do tribunal é ouvido pela Comissão de Orçamento e diz que há, inclusive, indícios de sobrepreço. Ele revelou que expansões dos aeroportos de Vitória, Goiânia e Guarulhos estão corrigindo suas anomalias

O SECRETÁRIO-GERAL DE Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Roberto Wiechers Martins, disse ontem que as anomalias apontadas pelos auditores do órgão vêm sendo sanadas nas obras de expansão dos aeroportos de Vitória, Goiânia e Guarulhos (SP), bem como sobre duas obras de saneamento básico em Macapá e São Luís. Irregularidades quanto à falta de projeto básico, porém, ainda persistem em obra para tratamento de água e esgoto sanitário em Rondônia – maior ação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado, no valor de R\$ 554 milhões.

Na segunda audiência pública promovida pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre obras

públicas com indícios de irregularidades, Martins explicou que o projeto em Porto Velho é de uma “complexidade maior” que exige providências do governo local.

– Até hoje não há projeto básico aprovado para a obra apresentado pelo governo – afirmou.

Ele esclareceu que o projeto de esgotamento sanitário de Porto Velho, que vai ampliar a captação de 2% para 70%, apresenta desde o início problemas como projeto básico inadequado, ausência de parcelamento do objeto, indícios de sobrepreço e titularidade das áreas.

O secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski, defendeu a não inclusão no Anexo

VI dos projetos de saneamento localizados em Macapá, São Luís e Rondônia.

Infraero

O presidente da Infraero, Murilo Marques Barboza, defendeu a não inclusão das obras dos aeroportos de Vitória, Goiânia e Guarulhos entre as proibidas de receber verbas do Orçamento. Ele reiterou compromisso da estatal de não fazer pagamentos administrativos aos responsáveis pelos empreendimentos sem prévia anuência do TCU.

Amanhã, a comissão deverá ouvir os representantes do TCU e da Petrobras, às 10h, e do TCU e da Eletronorte, às 15h. A audiência pública prevista para hoje à tarde foi cancelada.

Custos são calculados e monitorados

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano estabeleceu limites de custos unitários, a partir dos quais é possível avaliar se os contratos relativos a determinada obra estão superfaturados ou não.

O custo global é obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido pela Caixa Econômica, ou à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias.

Os sistemas de custos são feitos por estados, com atualização mensal. Somente em condições especiais os custos unitários poderão exceder o limite fixado.

O secretário-geral de Controle Externo do TCU, Paulo Roberto Wiechers Martins, explica que, quando o TCU aponta indícios de sobrepreço em uma obra, significa que o gestor não demonstrou boa e regular utilização dos recursos públicos. Ou seja, não seguiu o mercado, nem a lei.

Obras terão preços repactoados e rescisão de contratos

Repactuação de preços e rescisão de contratos foram medidas anunciadas por dirigentes de órgãos ouvidos em audiência pública na manhã de ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), para que obras com indícios graves de irregularidades continuem a receber dinheiro da União em 2011.

De sete obras do Ministério da Integração Nacional e duas da Secretaria Especial de Portos, somente três permanecem com a classificação que poderá impedi-las de receber recursos do governo federal para sua continuidade.

Prosseguem com problemas a macrodrenagem do Tabuleiro dos Martins (AL), a barragem do rio Arraias (TO) – ambas com indícios de superfaturamento nos contratos – e a barragem de Congonhas (MG), que não tem licença ambiental.

O Tribunal de Contas da União (TCU) concordou com as providências anunciadas pelo Ministério da Integração Nacional para a Adução Pirapama (PE), a Barragem Berizal (MG), o Sistema Adução Alto Oeste (RN) e o Canal do Sertão (AL).

Superfaturamento

Dois das obras liberadas pelo TCU – Pirapama e Canal do Sertão – apresentaram indícios de superfaturamento, problema resolvido com a retenção de valores e fianças bancárias das construtoras para ressarcir o erário de eventual prejuízo a ser apurado.

No caso da Adução Alto Oeste, recurso da adquirente da obra afastou as suspeitas de sobrepreço inicialmente apontadas. A Barragem de Berizal não tinha licença ambiental, apresentada durante

o processo de exame do caso pelo TCU e pela CMO.

As obras do Porto de Vitória, conforme o TCU, também apresentaram indícios de superfaturamento e poderiam ficar sem recursos federais no próximo ano. Mas o secretário de Desenvolvimento e Planejamento Portuário da Secretaria Especial de Portos, Fabrizio Pierdomenico, anunciou que o contrato para dragagem e derrocagem foi rescindido sem ônus para o órgão.

Pierdomenico informou sobre as providências adotadas em relação às obras de contenção e ampliação do cais do Porto de Vitória: a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), responsável pela execução, vai reter os valores controversos até que se esclareça a suspeita de superfaturamento.



No segundo dia do 1º Fórum Nacional de Polícia Legislativa, o consultor legislativo do Senado Joanisval Brito (foto) falou ontem sobre “Políticos e espíões: o Poder Legislativo e o controle da atividade de inteligência”. O evento, que termina hoje, discute temas de interesse dos policiais legislativos estaduais, distritais e federais, como a construção de uma carreira policial específica, treinamento, missão, atribuições, relacionamento com demais órgãos policiais, controle externo pelo Ministério Público e controle interno pelas corregedorias de Polícia Legislativa.



Eduardo Azeredo comenta pesquisa TSE/Sensus feita com os eleitores

Azeredo ressalta valor eleitoral da internet

Ao comentar pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições de 2010, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou que a internet ficou na terceira colocação entre as mídias mais usadas pelos eleitores para se informarem e decidirem em quem votar.

De acordo com a pesquisa TSE/Sensus, para 56% a TV continua sendo o meio de informação mais utilizado; 18,4% disseram preferir conversas com amigos, colegas de trabalho e familiares; e 10% citaram a internet. Jornais impressos, rádio e outros meios ficaram atrás da internet.

Para ele, o crescimento da importância da internet nas eleições se deveu, entre outros fatores, à aprovação da minirreforma eleitoral pelo Congresso em setembro de 2009, que ampliou o uso da rede como ferramenta de campanha.

Sarney visita Dilma, mas não discute indicações

O presidente do Senado, José Sarney, encontrou-se ontem com a presidente eleita, Dilma Rousseff, na Granja do Torto, no que classificou de "visita protocolar". O senador disse ter conversado apenas sobre a situação política do Brasil.

Ele não fez revelações sobre a indicação de nomes do PMDB para cargos no futuro governo, explicando que as sugestões estão sendo encaminhadas a Dilma pelo presidente do PMDB e vice-presidente eleito, deputado federal Michel Temer (SP).

– Essa parte nós entregamos a Michel Temer, presidente do partido. Ele que está encarregado de fazer essas negociações, de tratar desses assuntos, inclusive com os outros partidos e com a própria presidente – disse Sarney.

Parlamentar afirma que, sem as eclusas, obras vão impossibilitar alternativa mais barata e menos poluidora do escoamento de grãos de Mato Grosso para Amazonas e Pará

Goellner critica construção de hidrelétricas sem eclusas em MT

AO CRITICAR A construção de 11 usinas hidrelétricas em Mato Grosso, com leilão marcado para 17 de dezembro, sem a previsão conjunta de eclusas que permitam a navegabilidade, Gilberto Goellner (DEM-MT) afirmou que esses projetos vão impossibilitar uma alternativa mais barata e menos poluidora de escoamento de grãos do estado para o Pará e o Amazonas. Além disso, assinalou, resultarão em aumento de custo das obras, provocando várias dificuldades técnicas.

– Se essas hidrelétricas forem construídas sem as eclusas, irão condenar, por completo, ao isolamento a maior região produtora de grãos do país: o meu estado de Mato Grosso. Dessa região saem 19 milhões de toneladas de soja por safra. Corremos um sério risco de um apagão logístico, que vem inviabilizar o escoamento da nossa produção – disse Goellner, que se baseou em matéria da edição de ontem da *Folha de S. Paulo*.

O senador argumentou que a construção de eclusa junto com a hidrelétrica teria um custo de 6% a 7% do total da usina, conforme a Agência Nacional de Transportes



Senador alerta para risco de isolamento da maior região produtora do Brasil

Aquaviários (Antaq), enquanto construí-la posteriormente custará o equivalente a 30% dos custos da obra.

Goellner avalia que o governo parece ignorar a importância do escoamento de grãos por vias alternativas às rodovias, modal de transporte altamente poluente e que se encontra em péssimas condições. Pelos seus cálculos, cada "comboio fluvial" teria capacidade para transportar 18 mil toneladas de grãos, correspondentes a 600 carretas, o que

reduziria a poluição e diminuiria a concorrência dos caminhões com os automóveis nas estradas.

Para fundamentar seu argumento, Goellner citou matéria de *O Estado de S. Paulo* segundo a qual levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) coloca o Brasil em último lugar em ranking de 14 países com as piores estruturas de transporte e logística, especialmente pela carência de conexões entre os principais modais de transporte.

Ferrovia

Outro problema apontado pelo senador é o pequeno tamanho da malha ferroviária do país – apenas 28 mil quilômetros –, acrescido do fato de a carga ferroviária estar concentrada em poucos produtos.

O senador destacou emenda de sua autoria, no valor de R\$ 237 milhões, ao Orçamento de 2011, apresentada na Comissão de Serviços de Infraestrutura, para estudos e projetos de infraestrutura de transporte em hidrovias e ferrovias, que permitiriam a construção da hidrovia Tapajós-Juruena-Teles Pires.

Transnordestina até a Paraíba, pede Roberto Cavalcanti



Roberto Cavalcanti

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) fez um apelo ontem para que a Ferrovia Transnordestina seja estendida até a Paraíba e, com isso, possibilite o desenvolvimento sustentável do estado. Atualmente, a ferrovia contempla vários estados do Nordeste, do Maranhão à Bahia.

– A Paraíba reivindica lugar menos invisível na trilha preliminarmente desenhada na Transnordestina: uma modificação no trajeto para conter uma alça que atenda a Paraíba – disse o senador, que já fez o mesmo pedido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Cavalcanti acredita que deve haver uma integração da ferrovia com o porto de águas profundas. A obra é uma parceria público-privada (PPP), a ser construída com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (Bird).

Eclusa é inaugurada com 29 anos de atraso, diz Flexa

O senador Flexa Ribeiro (PSDB) comemorou ontem a inauguração da eclusa da hidrelétrica de Tucuruí (PA), registrando que a obra sofreu um atraso de 29 anos. Ele apresentou projeto de lei propondo que a eclusa recém-inaugurada receba o nome do ex-governador Gabriel Hermes Filho, um dos que lutou por sua construção.

Flexa Ribeiro considera que a obra ainda não está totalmente concluída, pois, para que a navegabilidade do rio Tocantins torne-se viável durante os 12 meses do ano, será necessário realizar obra de derrocamento (eliminação do conjunto de pedras).

O parlamentar mencionou a coincidência de a *Folha de S. Paulo* ter publicado ontem reportagem criticando a construção de hidrelétrica sem a correspondente eclusa, impedindo a navegabilidade da hidrovia. Trata-se, disse o parlamentar, da hidrovia Tapajós-Juruena-Teles Pires, que irá a leilão no próximo dia 17.

– Sou defensor incansável da hidrovia, caminho natural para escoar a produção e transportar a gente da região a custo muito baixo e manutenção quase inexistente.



Senador diz que não será necessária nova CPI sobre presidente da CBF

Alvaro pede ao BC informações sobre Ricardo Teixeira

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou ontem que a oposição não pedirá abertura de nova CPI para apurar denúncias de corrupção envolvendo o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, como noticiou a imprensa.

Segundo o senador, o PSDB solicitará ao Banco Central informações sobre providências adotadas a partir do relatório final da CPI do Futebol, presidida por ele. Encerrada em 2001, a CPI pediu ao Ministério Público Federal a responsabilização dos apontados no relatório por irregularidades.

– Essa CPI não terminou em pizza – assegurou.



Senadora aponta que parte das obras será feita com recursos da União

Serys destaca empenho de seu estado para Copa

Serys Slhessarenko (PT-MT) relatou sua participação, em 18 de novembro, em reunião da bancada de Mato Grosso no Congresso Nacional com o governador do estado, Silval Barbosa, e integrantes da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal – Fifa 2014 (Agecopa).

Os diretores da Agecopa apresentaram os 28 projetos necessários ao bom desempenho de Cuiabá como subsede da Copa do Mundo de 2014. Vários deles terão recursos oriundos de emendas parlamentares ao Orçamento da União, informou a senadora.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • José Nery • Marconi Perillo • Flexa Ribeiro • Serys Slhessarenko • Alfredo Cotait • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senadores cobram mais agilidade da Anvisa na análise de agrotóxicos. Agência reguladora defende necessidade de qualidade técnica

CRA convoca diretor da Anvisa para explicar entrevista

O diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) José Agenor Álvares da Silva será convocado a explicar à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sua entrevista à revista francesa *Le Monde Diplomatique Brasil*, em abril deste ano, em que teria afirmado estarem os alimentos brasileiros contaminados por agrotóxicos.

A convocação foi aprovada ontem pelos membros da CRA, a pedido da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que reclamou da ausência do diretor na audiência realizada pela manhã para debater os mecanismos de regulação e controle de agrotóxicos no país.

José Agenor era um dos convidados, mas enviou, como representante, o gerente-geral de Toxicologia da agência, Luiz

Claudio Meirelles. O outro convidado a expor o assunto foi o professor doutor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Geraldo Papa.

Dizendo-se inconformada com a ausência de José Agenor, convidado desde maio para a audiência, Kátia Abreu afirmou que o debate visava exatamente ouvir as explicações do diretor da Anvisa sobre a entrevista, segundo ela "bastante prejudicial ao Brasil".

– Isto está dando um prejuízo ao patrimônio nacional. Se ele tem bom salário e pode comer só produtos orgânicos, esse não é o caso de milhões de brasileiros, que precisam comer produtos com defensivos, sim – reclamou Kátia Abreu, que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Segundo a senadora, seria ótimo se todos os agricultores brasileiros pudessem produzir só alimentos orgânicos, mas trata-se, como explicou, de uma agricultura muito mais cara. Na opinião da parlamentar, a matéria da revista "estabeleceu um papel de atraso para o país, dando prejuízo à agricultura e à população em defesa de uma minoria".

No mesmo requerimento de convocação de José Agenor, a senadora incluiu convite a representantes da CNA, da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Anave) e da Associação Brasileira dos Defensivos Agrícolas (Aenda).



Luiz Cláudio Meirelles (E), gerente de Toxicologia da Anvisa, e senador Valter Pereira acompanham questionamento feito pelo professor da Unesp Geraldo Papa (D)

José Cruz/Senado Federal

Demora na liberação de agrotóxicos domina debate

A DEMORA NA regulamentação e liberação de agrotóxicos dominou os debates da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir os mecanismos de regulação e controle desses produtos no país.

O professor e doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) Geraldo Papa disse entender que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) precisa analisar com cuidado um produto antes de liberá-lo para uso, mas reclamou da demora na regulamentação.

– A Anvisa, pela importância que tem, deveria se estruturar melhor para dar mais agilidade aos processos – afirmou.

Na mesma linha, o senador

Gilberto Goellner (DEM-MT) disse que a liberação de agrotóxicos passa pela análise de três órgãos distintos: Anvisa, Ministério da Agricultura e Ibama, que não trabalham de forma integrada, segundo ele.

– Existe um decreto que estipula prazo de 120 dias para a Anvisa promover a resposta da análise. O Ministério Público deveria acionar a Anvisa pelo não cumprimento do prazo, mas isto não está ocorrendo – disse.

Goellner avalia que falta transparência à atuação da Anvisa e sugeriu que o órgão informe, em um site, os procedimentos adotados nas análises.

Kátia Abreu (DEM-TO) considera que o Decreto 4.074/02, sobre agrotóxicos, já melhorou bastante esses procedimentos e que o problema está na Anvisa.

– Nota zero para a eficiência da Anvisa. O problema do órgão é a morosidade – afirmou.

O gerente-geral de Toxicologia da Anvisa, Luiz Claudio Meirelles, explicou que o procedimento para regulamentar, analisar, controlar e fiscalizar produtos e serviços que envolvam agrotóxicos e similares tem ficado cada vez mais complexo, e o número de funcionários tem diminuído.

– Fizemos um documento recentemente expondo essa situação, que não é exclusiva da Anvisa, mas também do Ministério de Agricultura e do Ibama – disse ele. A demora, afirmou Meirelles, é devida ao cuidado para não liberar produtos "sem a certeza de que foram avaliados dentro de todos os padrões técnicos exigidos".



Kátia Abreu diz que declarações causaram prejuízos sérios ao país

José Cruz/Senado Federal

Flexa rechaça pressa para votar mudanças na TV por assinatura

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que não está trabalhando para aprovação "em ritmo meteórico" do projeto que permite a entrada de empresas de telefonia no mercado de TV por assinatura e cria cotas de programação nacional nos pacotes de canais pagos, como teria noticiado a imprensa. Ele disse que sua atuação é para agilizar a votação no Senado, se possível ainda em 2010, de uma proposição que demorou três anos para ser votada pela Câmara dos Deputados.

As afirmações foram feitas ontem, durante votação, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de dois requerimentos acrescentando convidados para as duas audiências públicas que serão realizadas, em conjunto, por cinco comissões da Casa para debater o projeto (PLC 116/10).

Flexa Ribeiro disse que se está procurando fazer "economia processual", com o debate do projeto, simultaneamente, por cinco comissões nas quais a proposição tramita e, se possível, que ela seja votada pelo Senado ainda nesta legislatura.

O senador lembrou que serão realizadas duas audiências públicas, uma hoje, a partir



Flexa Ribeiro preside a CCT, onde o projeto terá decisão terminativa

das 10h, e a outra na próxima quarta para ouvir as partes interessadas e fornecer informações para elaboração dos pareceres de cada uma das comissões.

A tramitação do projeto, que chegou ao Senado em junho, começa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em seguida, terá que passar pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Educação (CE), de Meio Ambiente (CMA), e por fim, pela de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), presidida por Flexa Ribeiro, onde receberá decisão terminativa.

Gerardo Magalhães/Senado Federal

Tarifas de celular são as mais altas do mundo, diz Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comentou ontem pesquisa da empresa de consultoria europeia Bernstein Research, feita em 17 países, segundo a qual o Brasil tem a segunda maior tarifa de celular do mundo, atrás da África do Sul e à frente da Nigéria.

– Os preços médios praticados no Brasil são exorbitantes. O consumidor brasileiro paga, em média, 45 centavos por minuto nas ligações feitas entre celulares da mesma operadora. Nas ligações para celulares de operadoras concorrentes, esse valor sobe para mais de 1 real por minuto – assinalou.

Mozarildo disse que em países desenvolvidos o minuto, nas ligações de celular, custa



Mozarildo: preço das ligações e mensagens é exorbitante

Waldemir Barreto/Senado Federal

menos de R\$ 0,10, incluídos os impostos; na Índia, custa R\$ 0,02; na China e na Indonésia, R\$ 0,06; e nos Estados Unidos, Rússia e México, R\$ 0,10. Ele citou outro levantamento, feito pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), em que o Brasil figura em primeiro lugar numa lista de 159 países, com a tarifa mais cara.

O senador disse ainda que enquanto as operadoras brasileiras cobram em média US\$ 42 por um pacote de 25 chamadas e 30 "torpedos", no México esse valor cai para US\$ 14,60 e em Hong Kong é de apenas US\$ 1 por mês.

Mozarildo afirmou que as causas dessa situação são os impostos cobrados pelo governo que, conforme alegam as operadoras, chegam a 42% do valor do minuto e configuram uma das cargas tributárias mais pesadas do mundo.

Ele acrescentou que, segundo a Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), os tributos pagos pelo setor correspondem a 40% da arrecadação tributária de alguns estados.

Cícero Lucena elogia concorrência entre teles na Paraíba

Cícero Lucena (PSDB-PB) destacou o fortalecimento da concorrência no setor de telefonia celular da Paraíba. Ele informou que o estado tem 2,2 milhões de "usuários ativos" e um potencial de crescimento de novas linhas estimado em 18,7%.

– A chegada da Vivo aqueceu a concorrência, em benefício do consumidor – declarou.

Agora, ressaltou Cícero Lucena, o mercado paraibano está dividido entre as quatro maiores operadoras do país. Ele disse ainda que, "com a portabilidade em plena vigência, o consumidor passa a ter papel decisivo na disputa travada pela oferta".

A entrada de novas empresas trouxe diversos benefícios econômicos para o estado, completou.



Senador afirma que entrada de nova empresa beneficiou estado

Waldemir Barreto/Senado Federal



Senadores Marco Maciel (E), Papaléo Paes, Renato Casagrande e Valter Pereira

Comissão especial de senadores aprova relatório do novo CPP

A comissão especial de senadores que analisa o projeto de novo Código de Processo Penal (PLS 156/09) aprovou ontem à noite o relatório do senador Renato Casagrande (PSB-ES) sobre as 214 emendas apresentadas para votação em segundo turno. Foram aprovadas 65 emendas, enquanto outras 32 foram parcialmente aproveitadas como subemendas de relator. A matéria – que tem como autor o presidente do Senado, José Sarney – ainda terá de ser votada no Plenário e, se aprovada, seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

Houve intensa negociação de bastidores para compatibilizar interesses em conflito de representantes das polícias judiciárias e do Ministério Público, o que atrasou a votação, prevista para a tarde. Foram rejeitadas duas emendas anteriormente consideradas aprovadas pelo relator. Outra emenda rejeitada foi parcialmente aproveitada pelo relator, como subemenda.

Renato Casagrande destacou, ao defender seu relatório, as emendas que considerou mais importantes. Uma delas trata do juiz de garantias – uma das principais novidades do CPP –, que atua apenas na fase da investigação do inquérito. No novo CPP, o juiz de garantias se torna o responsável por atos como decretação da prisão preventiva, interceptação de conversas telefônicas e quebra de sigilo. Ele, porém, não poderá presidir o processo judicial, instaurado após a proposição da ação penal.

Casagrande destacou também a emenda 123, apresentada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) por sugestão da Associação dos Magistrados Brasileiros. Ela pede que o prazo máximo para a audiência de instrução e julgamento passe dos atuais 60 para 120 dias. O relator, no entanto, estabeleceu que esse prazo seja de 90 dias, para adequá-lo aos prazos máximos previstos no CPP para duração da prisão preventiva.

Votação do novo Código de Processo Civil é adiada para hoje

A pedido do Ministério da Justiça, os senadores da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil decidiram adiar a votação do substitutivo ao projeto do novo CPC, que ocorreria ontem. O relator, Valter Pereira (PMDB-MS), informou que o

ministério quer mais tempo para fazer uma última análise da matéria ou “para passar um pente fino na proposta”.

Nova reunião da comissão foi marcada para hoje, às 18h, para votação da matéria, que recebeu 220 emendas durante sua tramitação no Senado.

Valter Pereira vai retirar fundo de valorização para advogados

O fundo de valorização profissional destinado a financiar cursos de capacitação e pós-graduação de advogados públicos deverá sair do texto do relator, senador Valter Pereira (PMDB-MS), ao projeto do novo Código de Processo Civil (CPC).

O próprio relator irá propor à comissão especial de senadores encarregada de examinar a proposta (PLC 166/10) a supressão do dispositivo referente ao fundo.

Ele assumiu esse compromisso durante encontro, realizado ontem em seu gabinete, com cerca de 40 integrantes da advocacia pública estadual.

Membros da advocacia pública de diversos estados alertaram que a criação do fundo causará

perda de parte dos seus vencimentos. Como explicado ao senador, 19 estados e diversos municípios complementam a remuneração dos advogados com a arrecadação do chamado direito de sucumbência, que são recursos pagos pela parte oposta nas ações vencidas pelo poder público.

A questão é que, no texto, o relator propôs que os direitos de sucumbência fossem transferidos para o fundo de capacitação.

– Nossa intenção foi criar um mecanismo que servisse para melhorar a capacitação profissional dos advogados públicos. Porém, se isso está acarretando prejuízo, eu vou propor a exclusão – afirmou.

Senador fluminense manifesta alegria por ver o estado do Rio de Janeiro “reerguendo-se após os muitos anos em que o narcotráfico imperou nas favelas”

Crivella exalta ação policial e pede CPI para fronteiras

O SENADOR MARCELO Crivella (PRB-RJ) manifestou ontem sua alegria por ver o estado do Rio de Janeiro reerguendo-se após os muitos anos em que o narcotráfico imperou nas favelas. Crivella parabenizou todos os policiais que participaram da missão de proteger o povo carioca, o governador Sérgio Cabral e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele também defendeu a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para tratar da fiscalização das fronteiras brasileiras.

– Nosso trabalho apenas começa e o Complexo do Alemão foi apenas o primeiro passo – disse o senador.

O parlamentar lembrou que o Congresso Nacional deu poder de Polícia Federal às Forças Armadas, mas, apesar disso, os crimes transfronteiriços aumentaram. Crivella disse, ainda, que o país está sendo vilipendiado



Crivella: pelas fronteiras passam as drogas que destroem a juventude

em sua principal riqueza: a juventude, viciada em drogas baratas, que atravessam a fronteira Oeste, percorrem vários estados e chegam ao litoral.

Em sua avaliação, o relatório final da CPI das Fronteiras deverá oferecer um plano nacional de defesa das fronteiras brasileiras. O senador assegurou que o governo do Rio de Janeiro vai atuar também contra organizadores, financiadores,

transportadores, importadores e exportadores do tráfico.

Para o senador Valter Pereira (PMDB-MS), que também assinou o requerimento de criação da CPI, será difícil controlar a criminalidade se não for possível impedir o tráfico nas fronteiras. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, disse que, apesar do registro de alguns abusos policiais, a operação no Rio de Janeiro obteve sucesso.

Para Renan, operação deve inspirar um novo modelo para a segurança

Renan Calheiros (PMDB-AL) elogiou a operação policial conjunta com as Forças Armadas que destruiu a estrutura do narcotráfico no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Ele parabenizou o governador Sérgio Cabral pela “firmeza e coragem”.

– Mais do que referência para outros países, essa interação de

forças deve servir como ponto de partida para rediscutirmos um novo modelo de segurança. Ações planejadas, coordenadas, como a que assistimos no final de semana, minam as organizações criminosas porque subtraem desses marginais o que eles têm de mais importante: o território.

Renan defendeu a proposta de emenda à Constituição (PEC 41/08) de sua autoria que fixa o piso salarial para as polícias e bombeiros e disse que aumentar esses salários é uma questão de justiça social. Assinalou que a segurança pública precisa de uma fonte fixa de financiamento e, até que seja votado um novo modelo para a segurança, a adoção de uma vinculação orçamentária temporária para a compra de viaturas, armamentos e construção de presídios. Em aparte, recebeu apoio de Marcelo Crivella (PRB-RJ).



Renan defende piso salarial para policiais e bombeiros

Ataque poderia ter ocorrido antes, afirma Mário Couto

O senador Mário Couto (PSDB-PA) lamentou ontem a demora na ação das forças de segurança pública do Rio de Janeiro e de tropas federais contra os traficantes das favelas. Para ele, a guerra contra o tráfico já deveria ter sido deflagrada há anos, o que poderia ter poupado a vida de milhares de pessoas, entre crianças, idosos e até jornalistas, assassinados pelos traficantes.

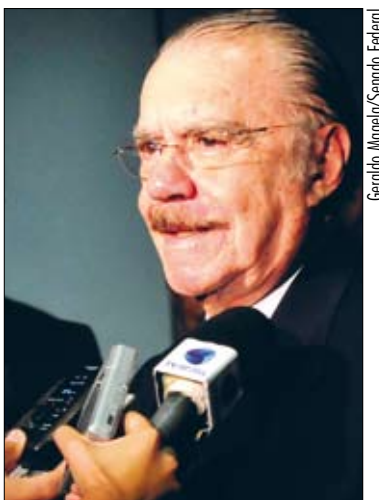
– Parabenizo a polícia do Rio de Janeiro, a Polícia Federal, os militares das Forças Armadas, especialmente os da Marinha. Mas aqui fica uma pergunta ao presidente do país e ao governador do Rio de Janeiro: por que só agora tomaram a posição de



Mário Couto lamenta demora das autoridades em tomar a iniciativa

combater os traficantes duramente? Por que não fizeram isso antes? Por que o poder público não tomou essas providências antes? – questionou.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) manifestou preocupação com a possibilidade de as ações contra o tráfico terem sido realizadas apenas devido à proximidade da Copa do Mundo de 2014.



Sarney elogia competência demonstrada pelas polícias

Congresso está pronto para ajudar, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou a ação dos governos federal e estadual no combate à onda de violência no Rio de Janeiro e disse que o Congresso está pronto a ajudar no que for preciso. Ele também louvou a “competência demonstrada pelas diversas polícias” no enfrentamento com traficantes.

– Houve uma demonstração de que, agora, a situação está sendo encarada com seriedade para tornar o Rio livre do tráfico e da violência incontida – comentou.

Se for necessário aprovar créditos adicionais ao Orçamento de 2010 para reforçar o aparato de segurança do Rio, Sarney afirmou que o Congresso estará pronto a votar essas propostas com a maior celeridade. Já a ausência de emendas de bancada em favor da segurança pública do Rio, na proposta orçamentária para 2011, foi justificada pelo caráter inesperado do crescimento da violenta praticada por traficantes.